

## NOITES DE SOCIOLOGIA DO PORTO — V

As *Noites de Sociologia* chegaram à sua quinta edição. Para além de constituir ocasião propícia ao debate e de abertura à cidade e ao exterior, o evento afigura-se cada vez mais como instrumento pedagógico eficaz de exercitação da imaginação sociológica. Eficaz porque estimulante. Estimulante porque desperta para a participação criativa de todos os estudantes, promotores e primeiros interessados no sucesso da iniciativa.

Acrescentando às mesas redondas componentes lúdicas e artísticas (teatro, dança, poesia...) direccionadas para os temas em discussão, os estudantes de sociologia constróem pontes e elos entre discursos aparentemente (e só aparentemente...) inconciliáveis.

O registo de algumas intervenções que em seguida apresentamos, representa apenas a memória possível desta iniciativa.

### 1.<sup>a</sup> Sessão: *Médium* e mensagem— os meios de comunicação nas sociedades contemporâneas.

*Moderadores:* André Aieixo  
Sofia Alexandra Cruz

*Intervenientes:* João Teixeira Lopes  
José Azevedo

#### *Intervenção de* JOÃO TEIXEIRA LOPES

Torna-se hoje evidente, descendo ao nível das manifestações elementares de sociabilidade, que não mais é possível escapar à discussão sobre a poderosa influência dos *mass media* nas sociedades contemporâneas, ainda que persistam, sob formas crescentemente subtis e sofisticadas, ancestrais preconceitos e juízos etnocêntricos — face a uma cultura que é indústria e, mais do que isso, fábrica de sonhos e manual não escrito de éticas quotidianas.

A velha atitude da avestruz foi sendo substituída por acalorados debates e inúmeros estudos de resultados contraditórios sobre a centralidade dos *mass media* enquanto *O Discurso* por excelência das modernas sociedades, espécie de espelho onde todas as narrativas se reflectem e só por esse reflexo adquirem presença e existência.

Os mais optimistas não se cansam de salientar o carácter pretensamente emancipador e democratizante dos *media*, já que permitem, não apenas um nivelamento de gostos, atitudes e opiniões (base do consenso e da coesão sociais), como o acesso alargado a saberes, informações e ideias, tidos cada vez mais como os primordiais factores de produção nos processos de desenvolvimento.

A esta posição respondem os mais pessimistas (apelidados por Louis Porcher de «*amadores do apocalipse*») com os perigos de uma massificação que conduz a um ideal de homem medíocre e alienado, escravos das imagens e dos objectos que elas veiculam ao ponto de anular a sua individualidade enquanto sujeito reflexivo. Na mensagem mediática, com efeito, a técnica sobrepõe-se à mensagem e o conteúdo é insignificante perante a forma e o canal («*A mensagem é o médium*» — Macluhan).

Uns e outros pecam necessariamente pela excessiva linearidade das suas teses. Não acredito, ao contrário dos mais pessimistas, na eliminação da singularidade constitutiva do humano pela exposição às tendências uniformizadoras dos *media*. Os sujeitos possuem mecanismos cognitivos de mediação, presentes nos cálculos e estratégias com que quotidianamente constroem as suas rotinas, escapando, por isso, ao modelo do «sonambulismo social» dos *alegres robots*. De facto, o receptor é uma entidade capaz de accionar processos interpretativos e reconstrutivos das mensagens recebidas. As próprias características sócio-culturais dos contextos de recepção são da maior importância, a par da história de vida e da trajectória social do sujeito-receptor. A comunicação deve ser entendida como uma relação de poder. Na linha de Giddens defendo, apesar de o poder ser diferencial, que qualquer agente, a não ser em situações excepcionais do ponto de vista sociológico (situações agudas de «vergonha cultural», por exemplo) possui um determinado grau de influência sobre o acto comunicativo. Receber uma mensagem e atribuir-lhe um sentido resulta sempre de uma opção com uma componente de arbitrariedade: ainda que condicionado, o receptor escolhe um dos muitos significados possíveis e disponíveis.

O principal problema dos *mass media* reside, a meu ver, nos efeitos cada vez mais visíveis de desvitalização e desertificação da esfera pública. Com efeito, basta caminhar a partir de uma certa hora pela cidade para facil-

mente adivinhar a domesticidade de pendor televisivo que os inquéritos sobre as práticas culturais dos portugueses tão bem demonstram. Com a crescente exposição aos *media*, e em especial à televisão, o espaço torna-se *fantasmagórico* (Giddens) e as práticas sociais desligadas dos cenários de interacção das relações interpessoais. O medo do «contágio» da cidade (não é por acaso que se desenvolve toda uma mitologia ligada à insegurança urbana) faz com que as pessoas se entrincheirem no reduto do lar, o que sem dúvida contribui para a *colonização do mundo vivido* de que fala Habermas e para o *entorpecimento dos públicos* referido por Walter Benjamin.

Mas será que a discussão sobre estas questões encontra ainda algum enriquecimento com os eternos lugares comuns sobre os perniciosos efeitos dos *media*? Quantas dessas opiniões não escondem reminiscências nostálgicas da «velha ordem cultural», coisa dos privilégios aristocráticos da aura autoral e dos círculos restritos dos «salões» de todas as espécies?

Louis Porcher refere a necessidade de não idolatramos os *media*. Parece-me uma sugestão sensata em ambas as direcções: nem monstros, nem anjos. Além do mais, ao considerá-los como de facto são, isto é como objecto, fruto da técnica e da inteligência humana, compreenderemos que as suas mensagens jamais são neutras. As formas de apropriação não alienadas passam, sem dúvida, por uma *educação para os media*. Estes, longe da naturalização e da sacralização de que são alvo, resultam de processos técnicos que urge conhecer para melhor os criticar e controlar. Por detrás da mensagem mediática encontram-se poderes, interesses, ideologias, visões particulares do mundo, em suma. A sua influência é poderosa, mas a força que detêm encontra boa parte do seu dinamismo na ausência de alternativas que os mais simplistas detractores dos *media* não conseguem encontrar, talvez por eles próprios desconhecerem o seu funcionamento intrínseco.

Sabe-se que os portugueses, em especial os mais jovens, se encontram perto da *Overdose televisiva*. Constata-se a fraquíssima qualidade da oferta cultural mediática. Conhece-se o enfeudamento político, económico e religioso da actual paisagem mediática portuguesa.

No entanto, onde estão os esforços em favor de uma utilização crítica e criativa dos *media* por parte de quem os contesta, sabendo-se, de antemão, que qualquer mensagem para encontrar interlocutor tem que passar pelos seus canais? O que tem sido feito, de forma coerente e sistemática, a nível das políticas culturais, do conhecimento dos públicos e da diversificação da oferta? Quais as propostas e as acções concretas para aumentar a qualidade de vida urbana, condição indispensável para a fruição da esfera pública? Que apoios têm sido fornecidos para a aproximação entre instituições e cidadãos?

Que programas existem para combater a desvitalização do mundo associativo enquanto conjunto de instâncias privilegiadas de mediação cultural?

Os poderes e interesses que controlam os *mass media* têm decerto uma responsabilidade vital neste estado de coisas. Mas como não compreender que se trata de um movimento bem mais vasto, com implicações nas mais variadas instâncias sociais; um movimento que se assemelha a um imenso processo de *anomia implosiva* (Madureira Pinto) e que relega para o plano mais arcaico valores como a participação e a cidadania?

*Intervenção de JOSÉ AZEVEDO*

#### COMUNICAÇÃO MEDIADA POR COMPUTADORES: DO FASCÍNIO À ANSIEDADE

Vive-se actualmente no limiar de uma nova era. A um ritmo verdadeiramente alucinante, as novas tecnologias e os novos «media» estão a definir os contornos de uma nova sociedade. Conceitos como «auto-estradas» da informação, interactividade, realidade virtual, ciber-espço, que há pouco mais de uma década pertenciam ao domínio da ficção, são já hoje parte integrante do imaginário colectivo e dentro de poucos anos serão uma realidade comum. Contudo, a questão da sociedade da informação tem sido sobretudo analisada nas implicações que poderá vir a introduzir no mercado de trabalho. Eu queria aqui reflectir sobre uma outra implicação — a forma como a experiência mediatizada influencia tanto a auto-identidade como a organização das relações sociais.

Diversos autores sublinharam já como um determinado meio de comunicação introduz profundas alterações nas instituições e nas relações sociais. Innis \*, por exemplo, afirma que a introdução do papiro como meio para a inscrição da escrita expandiu grandemente o âmbito dos sistemas administrativos, por ser muito mais fácil de transportar, armazenar e reproduzir do que os materiais previamente utilizados.

A imprensa, por seu lado, e como refere Giddens <sup>2</sup> foi uma das principais influências na ascensão do estado moderno. Quando os livros eram pro-

---

<sup>1</sup> H. Innis, *Empire and Communications* (Oxford University Press, 1950).

<sup>2</sup> A. Giddens, *Modernidade e Identidade Pessoal*.

duzidos à mão, o público leitor era sequencial: o livro tinha de passar de uma mão para outra. Os textos nas civilizações pré-modernas eram por sua vez primordialmente dedicados à transmissão da tradição, e eram quase sempre de carácter essencialmente «clássico». Com o advento da imprensa a relação espaço-tempo é alterada<sup>3</sup> — os materiais impressos atravessam o tempo tão facilmente como o espaço porque podem ser atribuídos a muitos leitores mais ou menos em simultâneo — implicando um tremendo crescimento da mediação da experiência. A organização social moderna pressupõe a coordenação rigorosa das acções de muitos seres humanos que estão fisicamente ausentes; o «quando» destas acções está directamente ligado ao «onde», mas não, como nas épocas pré-modernas, através da mediação do lugar. Assim, se é ponto assente que existe uma relação estrita entre determinados *media* e as instituições características desse período, põe-se a questão é a comunicação mediada por computador um novo *media* e se sim com que implicações para os indivíduos e para a organização social.

Passemos então a concretizar os meus argumentos

1. A primeira tese que gostaríamos aqui de defender é que não é mais possível falar de fenómenos de comunicação reduzindo-os quer à análise da comunicação interpessoal quer à análise da comunicação de massas — é necessário começar a incluir também a comunicação mediada por computadores (CMC)<sup>4</sup>. A razão para esta nossa afirmação é de que a CMC não é meramente uma extensão de meios já existentes uma vez que introduz como nenhum outro havia feito anteriormente uma característica que é o de ser ao mesmo tempo um meio de comunicação de massas e um meio de comunicação interpessoal. Isto é, partilha em grande parte com a comunicação interpessoal a possibilidade de interacção simultânea com várias pessoas, bem como a capacidade de um *feedback* quase instantâneo e partilha com a comunicação de massas a capacidade de atingir um grande número de pessoas sobre uma multiplicidade de temas.

---

<sup>3</sup> «O corte do tempo em relação ao espaço não significa que estes doravante se tornem aspectos mutuamente estranhos da organização social humana. Pelo contrário: fornece a base mesma para a recombinação em modos de coordenação das actividades sociais, sem referência necessária às particularidades do lugar.» p. 15.

<sup>4</sup> Quero com isto referir-me aos sistemas de correio electrónico, redes tipo Internet e sistemas do tipo Minitel.

O exemplo mais claro deste processo é a *Internet*. O crescimento da *Internet* tem sido exponencial e é de prever que assim continue. Tão aditiva tem sido a participação dos jovens (particularmente americanos) nesta rede que houve já quem a caracterizasse como a MTV da nova geração<sup>5</sup>.

A *Internet* tem também outras duas qualidades interessantes e com possíveis implicações para as instituições sociais — a sua democraticidade e a estimulação do interesse na tecnologia para objectivos culturais em vez de objectivos de poder. Estas qualidades derivam em grande medida da forma como a *World Wide Web* começou. Na realidade é possivelmente o primeiro exemplo na história de uma anarquia funcional, já que juntou em seis meses dois milhões de aderentes sem qualquer planeamento, sem dinheiro por detrás, sem publicidade, sem qualquer padrão e sem que ninguém pensasse sequer no que estava a acontecer.

A segunda tese que gostaria de evidenciar é de que estes novos tipos de *media* são tanta expressão das tendências descontextualizadoras e globalizadoras da (pós)-modernidade, quanto instrumento dessas mesmas tendências.

Uma das formas de lidar com a questão de como o desenvolvimento de sistemas de comunicação mediada por computadores (CMC) trazem novas formas de organização à vida pessoal é explorar os tipos de relações sociais que podem vir a ser criadas por esta forma de comunicação<sup>6</sup>.

Como exemplo paradigmático escolhi uma família de programas conhecidos como MUDs<sup>7</sup>. MUDs são redes de multi-participação, mais frequentemente encontradas na *Internet*. Usar um sistema MUD não requer qualquer parafrenália associada frequentemente com a realidade virtual. A MUD interface é inteiramente textual, e um simples PC pode agir como uma porta neste tipo de mundo virtual. Existem neste momento centenas de programas deste tipo a correr na *Internet*, cada um deles delineando um ambiente virtual diferente. A sigla MUD é agora usada para designar a totalidade de sistemas virtuais baseados em textos. Em lugar de utilizarem sofisticados

---

<sup>5</sup> Herz, 1993.

<sup>6</sup> Não queremos com isto significar que alguns aspectos não tenham existido anteriormente à CMC.

Queremos sim sugerir que este tipo de comunicação pode oferecer novas extensões de formas de criar e manter relações sociais.

<sup>7</sup> MUD significava originalmente Multi-User Dimension, nome dado por Richard Bartle e Roy Trubshaw a um jogo de computador.

instrumentos para ver e ouvirem uma determinada realidade virtual, os utilizadores dos MUDs são expostos a descrições textuais de locações virtuais.

O sistema consiste num base de dados de descrições dos membros de uma comunidade. Através da leitura destas descrições os participantes podem viajar através do mundo virtual. Os participantes podem comunicar uns com os outros, podem cooperar ou competir nas actividades criadas, estabelecer relações a todos os níveis de intimidade etc. A investigação sobre estas redes tem demonstrado que mais do que estarem constrangidos pelo computador, os membros destes grupos exploram criativamente as características do sistema, criando novas expressões de linguagem e novas normas comportamentais e explorando identidade públicas e relações que de outra forma seriam improváveis.

Neste momento vocês podem perguntar porque é que considero este jogo paradigmático de alguns dos dilemas<sup>8</sup> de identidade caracterizadores da sociedade contemporânea.

Para responder necessitamos analisar as razões da crescente difusão e participação deste tipo de sistemas. De acordo com vários estudos os principais atractivos inerentes a estes sistemas parecem ser:

— a possibilidade que os participantes tem de jogar com múltiplas identidades (variando sexo, idade etc);

— a ocorrência de fantasias de domínio: os participantes reportam frequentemente sensações de controlo do seu mundo fenoménico (o manipulador de marionetas).

Estes dois factores possibilitam-nos algumas reflexões:

1) — Numa ordem pós-tradicional onde surge um leque indefinido de possibilidades, não só no respeitante às opções de comportamento mas no respeitante também à «abertura do mundo» ao indivíduo. Em muitos cenários modernos (de que os MUDs são um exemplo) os indivíduos são apanhados numa variedade de encontros e meios diferentes cada qual podendo ape-

---

<sup>8</sup> «Viver no mundo» quando o mundo é o da modernidade tardia, implica várias tensões e dificuldades distintas ao nível do self. Podemos analisá-las mais facilmente entendendo-as como dilemas que, a um ou outro nível, têm de ser resolvidos de modo a preservar-se uma narrativa coerente de auto-identidade. (Giddens, 1991).

lar a diferentes formas de comportamento «adequado». À medida que um indivíduo deixa um encontro e entra noutra adapta de modo sensível a «apresentação do self» em relação ao que é exigido pela situação concreta. Uma tal perspectiva é normalmente vista como implicando que um indivíduo tem tantos selves quanto os contextos divergentes de interacção. Deste modo, a fragmentação da experiência tende claramente a ser promovida pela diversificação dos contextos de interacção. Este perigo de fragmentação é particularmente evidente na situação do MUD já que o sujeito não precisa de revelar a sua identidade (podendo inclusive apresentar-se com outro sexo) e uma vez que tem diferentes contextos fazer variar completamente a sua identidade (participar em mais que um MUD). Porém não seria correcto ver a diversidade contextuai como promovendo simples e inevitavelmente a fragmentação do self, muito menos a sua desintegração em múltiplos selves. A situação é parecida com o contraste entre a vida rural e urbana. Uma pessoa pode usar a diversidade de modo a criar uma auto-identidade distinta que incorpora positivamente elementos de diferentes cenários numa narrativa integrada. Assim, uma pessoa cosmopolita é precisamente aquela que se fortalece com o facto de se sentir em casa numa variedade de contextos.

A fantasia de dominação parece dar aos indivíduos um sentido de segurança ontológica. As questões existenciais potencialmente perturbadoras são neutralizadas pela natureza controlada da actividade que é participar num MUD. Por outras palavras, o domínio ou mestria substitui a moralidade; a ameaça da ausência de sentido ou insignificância pessoal é mantida à distância.

Na verdade, se há tema que una os autores que escrevem sobre o self na sociedade moderna, é a afirmação de que o indivíduo experimenta sentimentos de impotência e incapacidade em relação a um universo social diverso e de grande escala. É suposto que em contraste com o mundo tradicional, em que o indivíduo controlava substancialmente muitas das influências que moldavam a sua vida, nas sociedades modernas esse controlo passou para as mãos de agências externas.

Não sabemos se haverá, em tudo isto algo de novo. Procurámos apenas falar-vos de algumas tendências de evolução que nos parecem dignas de realce no pouco tempo disponível — tendências de evolução que, mesmo quando novas, não escondem novos problemas, novas tensões e novas contradições.

2.<sup>a</sup> Sessão: As fronteiras do quotidiano — o conhecimento social e o seu uso simbólico.

*Moderadores:* Dora Martins  
Pedro Bóia

*Intervenientes:* António Teixeira Fernandes  
José Madureira Pinto  
Virgílio Borges Pereira

*Nota:* Não nos foi possível obter, na sua forma escrita, a comunicação de José Madureira Pinto e de Virgílio Borges Pereira.

*Intervenção de ANTÓNIO TEIXEIRA FERNANDES*

As relações sociais desenvolvem-se em espaços concretos suficientemente estruturados, por mediação de universos simbólicos que permeiam esses campos. Todo o fenómeno social apresenta uma dimensão relacional e uma dimensão representativa e simbólica. No quadro de tal relacionamento, adquire pertinência a análise da conexão existente entre o conhecimento e o seu uso simbólico.

Poderemos partir das palavras de Vergílio Ferreira proferidas em Bruxelas, em Outubro de 1991: «À máxima antiga do «ver para crer», nós sabemos que podemos hoje opor a de «crer para ver». Porque o ver se ordena em nós pelo que lhe é anterior e é o nosso equilíbrio interno, ou a nossa liberdade, que se identifica com o nosso ser, pois não se pode ser quem se não é».

Para além do seu recorte literário, esta afirmação terá um indubitável carácter ou um cunho filosófico. Mais do que existencialista, ela aponta para uma perspectiva essencialista: «Não se pode ser quem se não é». O homem, no seu ser, na sua interioridade, determina as suas manifestações externas. As aparências nada serão ou nada valerão, se não têm uma relação profunda com o «ser». Tal é a exigência de coerência e de verdade do homem, exigência que requer uma certa transparência ou, ao menos, o postulado de que a acção segue o ser.

Não é, certamente, nesta óptica que se coloca a sociologia. O mito do «interior» das coisas, do seu abscondito, pertence ao espírito pré-científico.

A ciência não encontra nunca, no seu caminhar, «essências». Nestas, jamais tropeça. Quando busca conhecer a estrutura da realidade social vai, no entanto, além das aparências, isto é, dos aspectos fenomenais. A estrutura é algo que permite conhecer os fenómenos, explicá-los, impedindo de se cair na fácil ilusão das aparências.

A sociologia tem trabalhado a partir do postulado de que a conduta dos indivíduos e dos grupos se compreende com base na sua posição na estrutura social. A situação de classe e as estratégias que esta propicia é suposto apresentarem uma relação directa com os comportamentos sociais. Lucien Goldmann, entre outros autores, adoptando uma tal orientação estrutural, tenta compreender o homem e as suas múltiplas manifestações, mediante a visão do mundo própria da classe a que se pertence.

O saber estará, então, directamente correlacionando com as diferenciações sociais. As representações são formas de conhecer e de avaliar que, pela forte ligação que têm com situações sociais, se transformam em critérios de distinção. Um mesmo mecanismo produz simultaneamente as diferenciações sociais, a necessidade de as rodear de simbologias e os princípios de categorização das coisas. Estes terão um carácter epifenomenal em relação àquelas.

Porque o homem é um ser dotado da faculdade de simbolização, toda a vida social aparece rodeada de símbolos e de ritualizações. São eles que veiculam o sentido. A sociedade humana é um complexo sistema de relações sociais, com diversificados universos de representação. A transação social e a convivialidade não são possíveis sem a mediação do simbólico.

O conhecimento pode ser também concebido, nessa medida, como um capital dotado de uma capacidade variável de uso simbólico. De forma contraditória com a orientação acima referida, aparecerá como consistente em si mesmo, entendido como um recurso, disponível no mercado das simbologias, posto ao serviço de estratégias individuais ou de grupo. A sua produção não tem a ver directamente com situações sociais, nem a linguagem ou a teoria de classe lhe será totalmente adequada, inter-classistas como são os seus contextos, ainda que tendam a ser utilizados, nas suas modalidades próprias de apropriação, com intenção de monopólio e de distinção.

Face a uma relativa pulverização da antiga realidade de classe, as posições e as disposições individuais adquirem importância acrescida na determinação dos estilos de vida. Mais do que os atributos sociais convencionais, são os gostos culturais que servem de critério de identificação. O desaparecimento progressivo, e não meramente aparente, da antiga estrutura de classes faz com que o estilo de vida prevaleça, com frequência, sobre a profissão de base e as condições materiais de existência, destronado que foi o primado

absoluto da actividade laboral sobre os modos de vida. Existe, ao menos, uma influência recíproca entre estes modos de vida, as práticas culturais e a estrutura social, perdendo esta o estatuto de última instância de explicação.

O quotidiano das pessoas passa a configurar-se sob a forma de estilos de vida e de modos de vida, como nos mostram os especialistas dos *lives styles* e dos *ways of life*. Os indivíduos, sedes e operadores de projectos existenciais concretos, com os seus próprios *lives styles*, conferem sentido às suas práticas quotidianas, com sua capacidade de acção, ao mesmo tempo que participam na produção de sistemas, ou *ways of life*, mais alargados. Articulando-se a acção dos actores sociais com o sistema, concilia-se a orientação da actividade com a estrutura mais vasta da situação.

A compreensão das sociedades de hoje parece, na verdade, postular a maximização da lógica dos actores sociais sobre a lógica dos sistemas. A autopoiesis — produção de si e sua auto-constituição —, com os modos próprios de viver, deixaram de ser função directa do *status* social. Não será, por isso, possível analisar os quotidianos sem redefinir as situações sociais, nomeadamente a «realidade» de classe. Se os percursos individuais parecem prevalecer sobre as identidades colectivas, é porque o social se individualiza e os indivíduos em situação tendem a tomar o lugar das classes. Uma relação parece estabelecer-se. Ao lado da forte capacidade de acção, na base da autopoiesis, há uma tendência para a estruturação social dos usos, porque os indivíduos não estão libertos de toda a determinação social. Os projectos pessoais convertem-se em situações.

Explodem, desde então, as fronteiras do quotidiano. É certo que a capacidade de acção não se distribui de forma uniforme no espaço sócio-cultural. Ao lado dos usos anódinos, com práticas banais e repetitivas, há actividades densas e criativas, com alguma concentração social. Multiplicam-se, porém, as práticas individuais, aumenta a electividade, pulverizam-se os valores, os campos das relações sociais tornam-se extremamente fluídos e os quotidianos inter-penetraram-se. Tendem a não existir mais realidades estanques, incommunicáveis entre si. Somente os mundos sub-humanos, constituídos pela *underclass*, essa sub-classe colocada fora da sociedade, são excluídos em absoluto da partilha das simbologias da distinção social. Marcados por uma identidade negativa, estão para além de toda a fronteira. Entre a humanidade e a desumanidade existe necessária ruptura. As fronteiras sociais estabelecem-se entre espaços entre si comunicáveis. Não separam radicalmente. Regulam apenas o intercâmbio.

As fronteiras do quotidiano, nas sociedades de hoje, recuam no espaço social e diversificam-se nas suas significações. Busca-se a última fronteira da

democracia, na afirmação das diversas modalidades de viver a cidadania. Esta aparece cada vez mais como modo de se ser humano nas relações sociais. Busca-se a última fronteira do conhecimento, no sonho prometeico que, desde há séculos no Ocidente, procura descobrir a estrutura e a razão de ser das coisas. Busca-se a última fronteira da liberdade que permita, com o pleno sentido de responsabilidade, uma existência partilhada, apenas com os constrangimentos indispensáveis, inerentes ao relacionamento com o outro.

Com a explosão das fronteiras do quotidiano, o saber continua, contudo, a acumular-se. Não se distribui de igual modo pela realidade social. Tende a concentrar-se, feito sede de poder. Desde então, é também posto ao serviço da diferenciação e da distinção sociais. O conhecimento possui, na verdade, uma multiplicidade de usos simbólicos. Na globalidade do quotidiano, é utilizado, ora para exercer influência, consolidando relações sociais ou tornando-as assimétricas, ora para controlar zonas organizacionais, pelo monopólio que nelas possa introduzir, ora para adquirir predomínio no mercado das simbologias, ora para afirmar a distinção social. A sociedade comunicativa desterritorializa o quotidiano, fazendo coexistir num mesmo espaço/tempo experiências e imaginários, díspares e distantes entre si.

O uso simbólico do conhecimento provoca, em particular, a dilatação das fronteiras do campo de acção das elites sociais e intelectuais. Nomeadamente estas últimas fazem dele a base do seu estatuto e o ponto de apoio na sua busca de *status* social. As sociedades modernas são sociedades programadas, logo sociedades da informação e do conhecimento. Quem os possui, em situação de monopólio ou de relativo monopólio, detém os principais meios de controlo. A gestão da informação e do conhecimento abre caminho a uma enorme quantidade de usos simbólicos, em diferenciados quotidianos.

Compreende-se, em consequência, que a apropriação da ciência e da técnica permita, no mundo actual, a acumulação de um grande capital. Aquela não está somente na origem do desenvolvimento de novas formas de subjectividade, sendo verdade que está, ou de outras territorialidades de autonomia, que propiciam relações e representações. Aparece, em toda a parte, como factor determinante de um mundo em contínua mudança. Mas o mesmo se poderá dizer das diversas formas de saber, ainda que com alcance diverso.

Os domínios da vida humana, quaisquer que eles sejam, não fogem à ambivalência e à ambiguidade. Daí resulta a frequente insegurança nos limites do quotidiano, causada pela sensação de não se estar em parte alguma ou de não se estar em espaço próprio, e, por vezes, a sua ausência de sentido,

porque pejada de todos os sentidos, eventualmente em conflito. A questão que se poderá levantar é a de saber onde, dentro das labirínticas fronteiras do quotidiano, nos centros ou nas periferias, nas suas avenidas ou nos seus tortuosos becos, será possível encontrar movimentos criadores de novos espaços de significação. Importa saber ainda até que ponto certos usos simbólicos do conhecimento podem ser também redutores de fronteiras do quotidiano. A produção da libertação, no espaço de sociabilidades e de estreitas conviviabilidades, em que a pessoa não seja dilacerada pelo individualismo, parece-nos ser um objectivo capital nas actuais sociedades, sem a qual o uso simbólico do conhecimento não encontra idênticas expressões dentro de todas as fronteiras do quotidiano, num quotidiano sem fronteiras. ,

### 3.<sup>a</sup> Sessão: O Sociólogo: um estranho ao nosso lado?

*Moderadores:* Cristina Resende  
Paula Ferreira

*Intervenientes:* António Firmino da Costa  
Carlos Manuel Gonçalves  
Firmino Torres

*Nota:* Não nos foi possível obter, na sua forma escrita, as comunicações dos Drs. António Firmino da Costa e Firmino Torres.

#### *Intervenção de CARLOS MANUEL GONÇALVES*

0. Desde 1991 que as Noites de Sociologia organizadas pelo Curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto se realizam regularmente, o que, na minha opinião, é um sinal inequívoco que existe um espaço para a discussão e para a divulgação da reflexão sociológica. Eventos como este, a par de outros de natureza e âmbito diferenciados, onde se pretende dar a conhecer os plurais contributos da nossa disciplina para a análise das questões ligadas às condições e aos processos sociais de mudança com que se defronta a sociedade portuguesa contemporânea, contribuem, de modo decisivo, para o prosseguimento da institucionalização da Sociologia e para o acréscimo da visibilidade social dos sociólogos como profissionais.

1. A pergunta que serve de ponto de partida para o debate desta noite — «O sociólogo: um estranho ao nosso lado?» — conduz-nos directamente para um ponto central: os processos de institucionalização dos sociólogos no nosso país. É um tema recorrente e obrigatoriamente presente em reuniões de sociólogos. Antes propriamente de avançarmos com algumas considerações, importa desde já assinalar que a análise do mesmo obriga à formulação de duas notas prévias: em primeiro, o arco temporal de análise da institucionalização é de certo modo limitado para se desenvolver uma reflexão estruturada e consistente, dentro de uma perspectiva sócio-histórica. Os 21 anos que vão de 1974 ao presente, os quais como tem sido defendido por outros colegas correspondem às fases da institucionalização universitária da sociologia como disciplina científica e do início da maturidade científica e profissional, possibilitam unicamente formular breves apontamentos sujeitos a um aprofundamento posterior; em segundo, ganha relevância analítica ter presente os pontos de continuidade e de ruptura que existem entre a produção de saberes sociológicos no pós-1974 e a que ocorreu na década de 60. Não obstante as condições políticas constrangedoras impostas pelo Estado Novo, as sementes lançadas por todos aqueles que no Gabinete de Investigações Sociais trabalharam em torno do Prof. Sedas Nunes contribuíram de modo importante nos planos teórico e metodológico para o perfil de desenvolvimento que a Sociologia tem vindo a apresentar no passado recente.

2. A evolução da Sociologia e a crescente visibilidade social dos sociólogos como comunidade científica e profissional são essencialmente tributárias das profundas mudanças sociais, políticas, económicas e culturais que têm ocorrido na sociedade portuguesa nas últimas décadas. Presentemente a Sociologia vive numa fase de maturidade que se consubstancia num feixe de várias dimensões: acréscimo da oferta institucional do ensino da Sociologia; aumento e diversificação da produção e divulgação dos saberes sociológicos; actividade mais intensa das associações científicas e profissionais (Associação Portuguesa da Sociologia e Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho) no sentido de consciencializar os diversos actores sociais sobre as potencialidades da intervenção do sociólogo; acréscimo da inserção profissional dos sociólogos em sectores de actividade não confinados ao ensino. Por outro lado, esta fase de maturidade é igualmente marcada por um outro olhar sobre o ensino, a ciência e a profissão no âmbito da Sociologia. Cada vez mais se legitimam e adquirem visibilidade as práticas que potencializem as sinergias

entre as três vertentes apontadas. Os próprios discursos sobre a profissão ilustram tal posição o que, por sua vez, é um indicador positivo de que o processo de profissionalização está em desenvolvimento.

Como tem sido explicitado, o campo da Sociologia, em Portugal, caracteriza-se pela sua diversidade, em termos de: abordagens teóricas e metodológicas; perspectivas de análise; saberes operatórios; experiências e papéis profissionais; áreas de actividade onde se inserem os sociólogos. Perante isto, uma questão deve ser formulada: será que a diversidade poderá constituir um obstáculo ao aprofundamento do reconhecimento social do papel do sociólogo? Uma condição principal para que isso não aconteça encontra-se na adopção de um determinado tipo de modelo de formação escolar do sociólogo. Modelo que deve estruturar-se em torno de uma forte componente de aprendizagem ao nível da reflexão epistemológica, das teorias sociológicas e dos métodos e técnicas de investigação. Este constitui, em nossa opinião, o eixo fundamental do modelo. Outros são igualmente relevantes: conhecimento de saberes operatórios directa ou indirectamente relacionados com as áreas de intervenção profissional, mas sempre inseridos no corpo disciplinar do curso (que igualmente permitam a intermutabilidade de funções); conhecimento aprofundado da sociedade portuguesa contemporânea; conhecimento das atitudes profissionais e deontológicas e dos demais aspectos enformadores da cultura profissional dos sociólogos; contacto com as práticas e experiências profissionais em Sociologia. Em suma, pretende-se um ensino vivo e criativo que baseado na aquisição de um conjunto de saberes, de saberes-operatórios e de saber-transformar-se permita com êxito a inserção profissional dos jovens licenciados. Este modelo de formação escolar do sociólogo será, em minha opinião, o denominador comum necessário à construção continuada da cultura profissional dos sociólogos.

3. A actual fase de maturidade da sociologia é profundamente marcada por importações limitações. Gostaria de trazer ao debate unicamente duas; outras existem só que por economia de tempo não podem ser aqui referenciadas. São: os usos da sociologia e a dinâmica de empregabilidade dos sociólogos.

A questão da utilidade da Sociologia e dos sociólogos é, de certo modo, uma questão incomodativa. Obriga-nos, individual ou colectivamente, a elaborar considerações, explicações, a estar permanentemente numa postura auto-justificativa. Ora tal postura deve ser enformada por duas dimensões, uma de natureza sociológica e outra de natureza pedagógica. A primeira tem por objectivo compreender o porquê do questionamento que os

outros (os não sociólogos) fazem sobre os usos da Sociologia. Posturas de desconhecimento e retraimento face ao desenvolvimento científico e técnico, concepção tecnicista e utilitarista do trabalho científico, estrutura e formalização de algumas organizações que não proporcionam espaços de diálogo, de reflexão, de participação, impedindo o desenvolvimento da inovação, estrangulamentos económicos e financeiros são algumas das possíveis pistas de explicação da forma como a questão é permanentemente formulada e dos comportamentos de desinteresse pelas actividades profissionais dos sociólogos. Quanto à outra dimensão — natureza pedagógica — torna-se importante argumentar de modo convincente e demonstrar perante os cépticos as virtualidades do trabalho sociológico. Argumentar em dois sentidos: o trabalho dos sociólogos assenta em competências próprias de elevada qualificação nos planos teórico, metodológico, técnico e relacional, as quais foram obtidas através de uma preparação específica; este trabalho é um instrumento indispensável para o conhecimento dos plurais e complexos processos sociais que enformam o Portugal contemporâneo e, por isso mesmo, para uma acção mais esclarecida e informada das organizações, de carácter económico ou não, face ao contexto social envolvente, condição essencial para a definição e desenvolvimento das respectivas estratégias. O sucesso desta argumentação pedagógica implica, entre outros aspectos, que os sociólogos, sem abandonar os princípios científicos e deontológicos por que se regem, saibam aferir a sua linguagem aos respectivos públicos consumidores de saberes sociológicos. Tal passa, por exemplo, em minha opinião, pela apresentação de propostas de estudo e de intervenção devidamente fundamentadas e responsabilmente assumidas em termos dos previsíveis resultados a atingir.

A construção social da profissão e o mercado de emprego dos sociólogos são duas problemáticas intensamente articuladas e integradas numa questão mais global: a dinâmica da empregabilidade dos sociólogos. No âmbito do processo de profissionalização tem-se verificado um continuado desajustamento, de ordem estrutural, entre a oferta de licenciados por parte das instituições de ensino e as oportunidades de inserção laboral. No pós-1974, à criação sucessiva de cursos de Sociologia existia subjacente uma ideia fulcral: a oferta de sociólogos iria constituir uma das condições objectivas indutoras da procura destes profissionais por parte das várias organizações empregadoras. Por outro lado, a dinâmica sócio-económica do lado da oferta de emprego criaria as disponibilidades, em termos de recursos, para a absorção dos jovens licenciados. Hoje podemos dizer que esta é uma ideia optimista e esquematicamente simplista. Apesar, de a partir de meados dos anos oitenta, ter ocorrido por parte de várias instituições uma solicitação crescente da con-

tribuição dos sociólogos com a conseqüente diversificação das áreas e dos papéis profissionais é notório para quem contacta com recém-licenciados que, nos anos mais recentes, subsiste uma redução da oferta de empregos. Tendo como factor determinante a crise económica que se tem desenvolvido no nosso país há pelo menos cerca de dois anos a esta parte, organismos do Estado e empresas optaram por restrições nas suas políticas de contratação de mão-de-obra. Se a isto juntarmos o desmembramento do pretense Estado Providência e as reestruturações de vários sectores económicos então a situação fica mais preocupante.

As conseqüências disto andam ao nosso lado: dificuldades de acesso ao primeiro emprego; alongamento do tempo que medeia entre o terminar a licenciatura e a obtenção de um emprego com um mínimo de estabilidade e de dignidade salarial; opção por razões de sobrevivência humana e social por empregos de qualidade técnico-organizativa bastante afastados das competências adquiridas nas universidades e das aspirações profissionais dos jovens recém-licenciados; assumption conjuntural de modos de vida que são entrecortados por períodos, de duração diferenciada, de emprego/desemprego e inactividade; frequência de cursos de formação profissional cuja inserção profissional tem sido até ao momento bastante diferenciada, conforme o tema dos cursos, o tempo de formação e principalmente os mecanismos de colocação dos formandos. Em suma, as recentes gerações de sociólogos enfrentam a compressão da oferta de empregos, a precaridade e instabilidade laboral, a dificuldade de se inserirem em perfis profissionais consonantes com as suas habilitações académicas. Aspectos que caracterizam igualmente outras formações académicas.

Não acredito na tese de que o dinamismo societal por si só se possa constituir em indutor de empregos para sociólogos. É crucial a existência de outras acções de modo a criarem-se empregos. Destaco algumas delas. Ao nível do ensino superior é fundamental, por parte das respectivas instituições, traçar uma estratégia da evolução do volume de discentes que tenha, na medida do possível, presente as possíveis capacidades de absorção por parte do mercado de emprego. A par desta, as instituições de ensino devem continuar decisivamente empenhadas no acréscimo da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e das formulações programáticas dos cursos. A afirmação de uma profissão passa fundamentalmente pela qualidade do ensino ministrado aos respectivos profissionais. Concomitantemente, os nossos esforços (profissionais, associações científicas e profissionais, instituições de ensino) devem direccionar-se para a consolidação dos papéis profissionais actualmente ocupados pelos sociólogos e para a construção de novas áreas de

intervenção profissional. E nisto inclui-se, nomeadamente, a reformulação dos problemas sociais em problemas sociológicos e a reivindicação da intervenção dos sociólogos nas equipas pluridisciplinares de elaboração de estudos de situação, de definição de políticas de intervenção, de estudos de avaliação das políticas definidas e em acções concretas de intervenção.

É preciso nunca esquecer que a construção social da profissão de sociólogo passa igualmente pelas acções concretas que os próprios profissionais e respectivas associações possam desenvolver com êxito, no sentido de obter o reconhecimento social da Sociologia.

4. As ideias que acabámos de expressar só terão validade se as atitudes dos profissionais em sociologia — independentemente do perfil ocupacional que desempenham — se balizarem pelos princípios da responsabilidade, da competência e da autonomia científica e profissional. No momento presente em que se presencia o retomar, por determinadas instâncias políticas e científicas, de uma concepção e de práticas tecnicistas/utilitaristas da inovação e da mudança, olvidando, por vezes de um modo hipócrita, a dimensão social dos problemas, a contribuição do sociólogo assume uma importância crucial pela recolocação que faz das questões no seio da discussão dos erradamente rotulados problemas técnicos. Temos que provar que seria um erro estratégico ignorar as virtualidades do saber sociológico e da intervenção do sociólogo na presente fase de recomposição social, económica e cultural em que o país se encontra inserido.